

HISTÓRIA POLÍTICA, HISTÓRIA DO POLÍTICO: OSTRACISMO, RETORNO E DEBATE.

Moisés Stahl

Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP.
e-mail: moisesstahl@yahoo.com.br

STAHL, Moisés. História Política. História do Político: ostracismo, retorno e debate. *albuquerque* – revista de história. vol. 8, n.º 15. jan.-jun./2016, p. 6-23.

Resumo: O objeto que este trabalho se propõe analisar é o debate acerca do *retorno do político* e de sua dimensão entre Roger Chartier e Pierre Rosanvallon, representante da denominada *Escola do Político* francesa, que tem em Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet seus principais expoentes. A denominação *Escola do Político* foi elaborada pelo cientista político brasileiro Christian Edward Cyril Lynch. Objetivamos entender as concepções de indivíduos e suas variações na história cultural e na história do político e com isso visualizar o movimento da historiografia francesa, o mesmo movimento que relegou à história política o caminho das sombras e seu retorno. É pertinente trazer, com as análises, as caracterizações que ambos os autores fazem de seus domínios de atuação. Para tanto, tomamos como fonte as obras de Chartier, Rosanvallon e Gauchet e também René Rémond, bem como as obras de autores que entraram no debate e/ou se constituíram como interlocutores dos autores acima arrolados.

Palavras-chave: história política; historiografia; retorno do político.

Abstract: The object that this study aims to analyze is the debate about the return of the political and its size between Roger Chartier and Pierre Rosanvallon, representative called the French Political School, which has in Pierre Rosanvallon and Marcel Gauchet its main exponents. The Political School designation was developed by the Brazilian political scientist Christian Edward Cyril Lynch. We aim to understand the views of individuals and their variations in cultural history and the history of political and thus visualize the movement of French historiography, the same movement that has relegated the political history the way of the shadows and return. It is pertinent to bring to the analysis, the characterizations that both authors of their fields of expertise. Therefore, we as a source works of Chartier, Rosanvallon and Gauchet and also René Rémond, as well as the works of authors who entered the debate and / or constituted as interlocutors of the authors listed above.

Key-words: political history; historiography; return political.

Introdução



A história como conhecimento científico mostra-se em constante transformação, a cada época um historiador que opera novos objetos, com novas abordagens, levanta novos problemas e soluções. Desse modo, como aconselha Marc Bloch, se o passado é um dado inalterável, o saber histórico é um dado alterável com o passar dos tempos,¹ com o aperfeiçoamento das técnicas do historiador, com a aproximação ou distanciamento de outras áreas do conhecimento humano. Por sua vez, a historiografia pode ser entendida como uma corrente de pensamento, um espaço de discussão sobre a produção do conhecimento histórico, permeado por debates, ascensão e queda de temas e abordagens, domínios e objetos. Assim foi com a história política que caiu no ostracismo a partir da crítica contundente da Escola dos Annales a partir de 1929.

Ostracismo

O domínio da história política no século XIX, o século da história, colocou a em posição de alvo a ser batido pelas adversárias nascentes, as ciências sociais, sequiosas, pelo cientificismo reinante, para destronar a história.² O século XIX também foi o século da ciência e isto é dado revelador da crítica e da transformação por qual o conhecimento histórico irá passar, posto que até o século XIX a história era considerada um gênero literário, ficando nessa categoria até a *Belle Époque*, momento que os historiadores passaram a considerarem-se cientistas. Isto, para Fernando Novais e Rogério Forastieri Silva, permite entender a razão pela qual neste mesmo momento o discurso do historiador “passa a ser objeto de história, isto é, constitui-se a história da historiografia

¹ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

² DOSSE, François. *O desafio biográfico*. Tradução: Gilson C. Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 195-6.

como uma disciplina com uma relativa autonomia”.³ Novais e Silva observam que, com isso, é possível estabelecer uma diferença entre a história como “gênero literário” e a história com estatuto de ciência. Enquanto gênero literário, a história dedicava atenção à biografia e aos feitos do autor, se preocupava em explicar em que medida “sua vida pode ter influenciado a composição de sua obra”. Quando a história passa a ser ciência, pouca atenção se dá entre biografia do autor e sua obra. A história como ciência, vai se distinguir da história como gênero literário no momento em que estabelece um diálogo com as ciências sociais, o que vai dar a ela o caráter científico que passou a aspirar.⁴

No momento da virada do século XIX para o XX, a sociologia constituía suas bases epistemológicas baseando seus princípios fundamentais no fito de elucidar fenômenos a partir de esquemas explicativos que recorrem a lógicas sociais.⁵ Seu objeto se orienta segundo o princípio de que os fatos sociais são coisas e essas coisas se manifestam pela coerção que exercem sobre o indivíduo. Posto isso, o indivíduo tem valor no coletivo, o “ser humano é considerado coisa da qual a sociedade dispõe e a consciência individual não passa de uma dependência do tipo coletivo, seguindo lhe todos os movimentos”.⁶ Está na base desta fundamentação das ciências sociais a crítica à história política que privilegiava os feitos dos reis, o estado, as guerras, uma história totalizante, *événementielle*.

A aproximação da história com as ciências sociais e o diálogo estabelecido a partir desse contato, vai fomentar uma nova ordem que marca a historiografia moderna. Para Novais e Silva, ao sofrer o impacto das ciências sociais e pretender ser uma delas, a história altera seu procedimento de ação, passa a reconstituir os eventos se preocupando com a explicação, o que tornaria científica a reconstrução.⁷ A história como campo do

³ NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastierida. **Nova história em perspectiva**. Volume 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 12-13.

⁴ *Ibid.*, p. 13-15.

⁵ DOSSE, François. **O desafio biográfico**. Op. cit., p. 195-196. Na França dos oitocentos, bem como no Brasil, o papel da história e do “historiador” passa a desempenhar função estratégica na estruturação dos Estados Nacionais. “O Estado passa a manter funcionários: arquivistas, inspetores dos monumentos históricos, conservadores (museus, bibliotecas) e professores. Para os últimos, a mutação é primordial. Estabilidade do emprego, nova condição em relação ao poder, função em face da nação (pedagógica e cívica): o ‘vasto empreendimento’ escolar (Guizot) favorece a mudança da mentalidade e da condição do historiador. O lugar dos historiadores no mundo da Instrução Pública é legitimado por esse viés, consolidado por sua vinculação à missão professoral (cf. Michelet) (...)”. TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Tradução Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 2000, p. 98.

⁶ DOSSE, François. **O desafio biográfico**. Op. cit., p. 197.

⁷ NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastierida. **Nova história em perspectiva**. Volume 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 34.

conhecimento distingue-se das demais ciências do homem por preservar sua função primeira de reconstituição da memória social. Contudo, a partir da modernidade a história será agregada a intenção explicativa, isto é, científica. Como demonstram Novais e Silva, a partir desse momento, a história passa a viver uma “tensão entre duas vertentes no interior do seu discurso”. A semelhança entre história e ciência social passa a ser percebida no momento em que ambas se prestam à reconstrução e explicação da realidade, mas enquanto na história a reconstituição se destaca sobre a explicação, o contrário ocorre nas ciências sociais, em que o destaque fica na explicação. Desse modo, podemos entender, com Novais e Silva, que o historiador explica para reconstituir e o cientista social reconstitui para explicar. Em outros termos, o cientista social recorre à história para ilustrar uma tipologia ou uma teoria.⁸ Com essa tensão no discurso, a história que se aproximou e estabeleceu diálogo com a ciência social seguiu um caminho de renovação, enquanto a história que privilegiava a ordem individual, a cronologia, o factual, ficou à margem, à espera de reformulações.

Durante certo período do século XX a história política foi colocada à margem da produção do conhecimento histórico. Este período de ostracismo da história política corresponde a um momento histórico que tem por representação o artigo do sociólogo de inspiração durkheimiana François Simiand em 1903 na *Revue de Synthèse*. No artigo, Simiand provocava os historiadores contemporâneos a quebrar seus três ídolos: 1) a cronologia, “o hábito de se perder nos estudos de origem, nas investigações de diversidades particulares, em vez de estudar” e compreender “o tipo normal”, buscando-o na sociedade e na época em que se encontra; 2) a biografia, “o hábito inveterado de conceber a história como uma história de indivíduos, e não como um estudo dos fatos” de um fenômeno social; 3) e a política, “o estudo dominante, ou, pelo menos, a preocupação perpétua da história política, dos fatos políticos, das guerras” dando a estes acontecimentos “uma importância exagerada”.⁹ Essa crítica assumiu grande importância na medida em que o programa de Simiand, segundo François Dosse, se tornaria o próprio paradigma dos *Annales*, em 1929.¹⁰

No período anterior ao dos *Annales* a história passou por tais críticas que giravam em torno do privilégio dando à ordem individual em detrimento à ordem coletiva. Essa preocupação com o coletivo, com a estrutura com a longa duração em oposição ao

⁸ Ibid., p. 40-41.

⁹ Citado em GOFF, Jacques Le. “A história nova”. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastierida. *Nova história em perspectiva*. Volume 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 151-152.

¹⁰ DOSSE, François. *O desafio biográfico*. Op. cit., p. 195.

indivíduo, ao evento, ao tempo curto permeou o debate entre as ciências sociais e a história durante o século XX. As críticas das novas ciências sociais na virada do século XIX para o XX condicionaram o tom da renovação da história pelos Annales e, assim, a história política acusada de privilegiar o indivíduo e o tempo curto foi rechaçada do programa dos Annales. A escola e/ou movimento dos Annales apareceu imbuído dessa postura das ciências sociais em relação à história política. A preocupação dos fundadores Lucien Febvre e Marc Bloch se dava no exercício de abordar de modo inovador e interdisciplinar a história.¹¹ O objetivo era “destronar a história política”, sendo o objetivo “número um dos Annales”, permanecendo, como assevera Le Goff, como preocupação “de primeira ordem para a história nova”,¹² herdeira dos Annales.

No decorrer do século XX, como demonstra François Dosse, a ordem individual, humana, o tempo curto, o evento, deixa de ter pertinência e torna-se aquilo que as ciências sociais deve se precaver. Essa perspectiva do coletivo, as massas, as estruturas em oposição à ordem individual levou o antropólogo Marcel Mauss a propor um percurso temporal e espacial que passa pela Antiguidade, o Cristianismo e o estudo das diversas civilizações, deduzindo daí o caráter recente da noção de pessoa, seu caráter numa determinada cultura – a ocidental – e a falta de garantia de seu futuro. Outro antropólogo de renome, Claude Lévi-Strauss, no pós Segunda Guerra, retoma o desafio proposto por Simiand aos historiadores ao tratar das relações entre história e etnologia. Para Lévi-Strauss, a história, no fundo, não teria mudado,¹³ ao passo que a sociologia teria se transformado em um projeto antropológico melhor acabado, científico e capaz de representar a ciência social pretendida pela escola durkheimiana. Para o antropólogo, a história estaria presa à lógica da ordem individual. O historiador estuda sempre os indivíduos, pessoas, acontecimentos ou conjunto de fenômenos individualizados por sua posição no espaço e no tempo dizia Strauss. Por sua vez, afirmava este, a antropologia pode cobrir o abismo existente entre as ciências humanas e da natureza; a antropologia e/ou etnologia, aborda os fenômenos inconscientes de uma sociedade, “marcha na vanguarda”.¹⁴ Notamos, com isso, que havia um amplo debate acerca da compreensão

¹¹ BURKE, Peter. **A escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odalia. 2ª edição. São Paulo: UNESP, 2012, p. 36.

¹² LE GOFF, Jacques. “A história nova”. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastierida. **Nova história em perspectiva**. Volume 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 151-152.

¹³ O artigo em que Claude Lévi-Strauss examina as relações entre história e etnologia é de 1949.

¹⁴ A referência ao argumento de Strauss encontra-se em: DOSSE, François. *Op. cit.*, p. 200.

da sociedade que privilegiava a dimensão coletiva e inconsciente como fator explicativo da sociedade e impelia à margem uma reflexão individual.

O marxismo também auxiliou na crítica à ordem individual com sua leitura holística e das lutas de classe, relegando-a a um plano burguês de interpretação da realidade.¹⁵ Nesse momento, do pós Segunda Guerra Mundial, Fernand Braudel, procurando rebater as críticas de Strauss, atualiza as informações demonstrando o penso da renovação dos *Annales* que levou a considerar o *tempo longo* em detrimento do *tempo curto*, isto é, uma nova reflexão que passava a explicar a dinâmica da sociedade por uma análise de suas estruturas em detrimento à explicação fundamentada no tempo curto. Com esse percurso trilhado pela história e, em que os *Annales* e seus herdeiros colocaram a disciplina em lugar de destaque, pelas demais ciências sociais, o domínio da história política percorreu caminho paralelo procurando, por renovações, um retorno.

O retorno

O *retorno do político* como domínio de reflexão do historiador foi atestado e atualmente é um fato a constante renovação por qual passa. Foi, contudo, na segunda metade do século XX que, segundo Cyril Lynch, a história política é retomada graças à recomposição de suas bases epistemológicas ocorrida na Alemanha com Otto Brunner e Reinhart Koselleck, e na Inglaterra com Peter Laslett, John Dunn, Quentin Skinner, e John Pocock. Na França a historiografia política, tem, em 1988, na obra intitulada *Por uma história política*, sua renovação. Nesta obra René Rémond atacava os adversários tradicionais da disciplina e mostrava a renovação da história política a partir da multidisciplinaridade e destacava a autonomia do político enquanto domínio frente aos determinantes econômicos.¹⁶ Todavia, podemos associar o aprimoramento da história política francesa à década de 1950, com o livro de René Rémond, *La droite en France*. Em decorrência dos trabalhos de Rémond, Philippe Tétart observa que na década de 1970 a criação do Ciclo Superior de História na Escola *Sciences Po* “consagrava a existência de uma escola de história política”. Esta escola de história política seguia a linha de historiadores politólogos franceses.¹⁷ Contudo, será na década de 1980 que a obra *Por uma história política* figurará como marco de refundação da história política francesa.

¹⁵DOSSE, François. Op. cit., p. 200-210.

¹⁶ LYNCH, Christian Edward Cyril. “A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a escola francesa do político”. In. ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 9-35.

¹⁷ TÉTART, Phillipe. *Pequena história dos historiadores*. Op. cit., p. 125-126.

Importantes nomes compõem este livro organizado por Rémond, formando uma espécie de vanguarda da história política. Entre os nomes estão o de M. Winock, S. Berstein, P. Milza, J. J. Becker, A. Prost, J. P. Azéma, J. Sirinelli e outros que contribuem para, nos termos de Tétart, a refundação da história política francesa.¹⁸

Na introdução da obra organizada por Rémond, o mesmo atesta que “o movimento que leva a história, o mesmo que acarretou o declínio da história do político, hoje trás de volta essa história ao primeiro plano”.¹⁹ Esta reflexão de Rémond, tanto mostra que o historiador é de seu tempo, quanto mostra a necessidade de os fatos e acontecimentos do passado serem reinterpretados a cada geração.

A refundação da história política francesa teve como traço decisivo, na definição de Rémond, “a diversidade das procedências, a variedade das formações, numa palavra, a pluridisciplinaridade”.²⁰ Esta história política²¹ revela-se “grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas”. Para Rémond, “o objeto da história política, sendo por sua natureza interdisciplinar”, move-se em direção ao contato a outras áreas do saber humano. Com isso, “é impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar”.²² O traço característico dessa pluridisciplinaridade que amplia os objetos de reflexão da história política pode ser apreendido na composição da obra organizada por Rémond, que mostram a refundação da história política a partir do exame de temas como “A opinião pública”, em artigo escrito por Jean-Pierre Rioux; “Religião e política”, em artigo escrito por Aline Coutrot; “Política interna e política externa”, escrito por Pierre Milza; “A guerra”, Jean-Pierre Azéma, entre outros. A aproximação entre estes autores, segundo Rémond, é “a referência a uma mesma noção, aquela que é afirmada, sem timidez nem provocação,

¹⁸ TÉTART, Phillippe. **Pequena história dos historiadores**. Op. cit., p. 127. Observa o autor que “não se trata de um retorno, se sim de uma refundação” da história política. Op. cit., p. 127.

¹⁹ RÉMOND, René. “Uma História Presente”. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 14.

²⁰ RÉMOND, René. “Uma História Presente”. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Op. cit., p. 29.

²¹ Uma análise desta retomada ou renovação da história política é feita por Vavy Pacheco Borges. “História e Política: laços permanentes”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v. 12, n.º 23/24. set. 1991/ago. 1992. “Dois grandes eixos - bastante imbricados - explicam, portanto, os movimentos da chamada história política: as mudanças sociais, que condicionam a reflexão sobre o político, e os progressos da história como forma de conhecimento, decorrentes, sobretudo da interdisciplinaridade.” p. 18.

²² RÉMOND, René. Op. Cit., p. 29.

pelo título escolhido para exprimir a preocupação compartilhada por todos os autores: o político”.²³

Por sua vez no Brasil, a história política, como observa José Murilo de Carvalho, ao comentar sobre a dimensão do seu retorno na historiografia francesa:

Entre nós, aliás, [a história política] nunca foi abandonada, embora se fizesse sentir impacto da escola dos Annales que a relegou a um segundo plano, sobretudo na obra de Braudel. Para este, como se sabe, o político era relegado à desprestigiada curta duração, à conjuntura, assim como no marxismo era decorrência do econômico.²⁴

Todavia, a volta do político não foi o retorno à antiga história política, concentrada em instituições, eventos, governantes, isto é, à história desconectada da ciência social. O domínio do político espalhou-se, “em parte devido à contribuição de Foucault”, aponta Carvalho. A partir disso, multiplicaram-se os atores estudados e os tipos de abordagem. O retorno é bem vindo “na medida em que retoma a ideia de que o homem faz sua história e não é simples joguete de forças macrossociais”.²⁵

História do político

As reflexões sobre o político, segundo Cyril Lynch, devem ser atribuídas à filosofia de Claude Lefort. Lefort situa sua reflexão em um plano filosófico à maneira aristotélica, que permite considerar o político como abarcando a totalidade do social, valendo-se simultaneamente, de todos os instrumentos oriundos dos mais diversos campos do conhecimento social. As ideias de Lefort partem de um princípio, desenvolvido por ele em sua tese de doutoramento, segundo o qual não existe sociedade sem referência a um lugar de poder. A partir disso, desenvolve a ideia de que o poder político consiste numa precondição da vida social na medida em que é ele que conforma a sociedade, que do contrário não passaria de uma mera multidão. Assim, a sociedade é produto de um trabalho prévio de sua conformação a partir de um lugar de poder, que

²³ RÉMOND, René. “Do político”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Op. Cit., p. 441.

²⁴ CARVALHO, José Murilo. “Entrevista”. In: MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. (Orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: editora 34, 2007, p. 171-172.

²⁵ CARVALHO, José Murilo. “Entrevista”. In: MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio (Orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*. Op. cit., p. 171-172.

constitui o epicentro do político. O político é assim, anterior ao social; é a arquitetura que torna o social possível.²⁶ Também podemos entender que o campo político está mais ligado a uma escolha racional, enquanto que o social é governado por preocupações econômicas e materiais. Desse modo, é “na política que a liberdade potencial se encontra”. Segundo Gertrude Himmelfarb, isto “explica por que a história social tende a ser mais determinista que a história política”. Posto isso, Himmelfarb, citando François Furet, assevera que a maior função dessa história é “descrever os pensamentos, as escolhas, os atos dos homens [...]. A política é o campo fundamental do acaso, e, assim, da liberdade”.²⁷

Por sua vez, René Rémond amplia a noção do político como campo privilegiado da ação humana e ao mesmo tempo indica o papel dos acontecimentos políticos como “fundadores das mentalidades”. Isto porque “o acontecimento solda uma geração, e sua lembrança continuará sendo [...] uma referência carregada de afetividade, positiva ou negativa, até que, com o desaparecimento desta, ele mergulha na inconsciência da memória coletiva”, onde permanecerá a exercer alguma “influência insuspeitada”.²⁸

Os autores do debate sobre o retorno do político.

Esta linha analítica que compreende o político como instância da instituição social que Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet também seguem. As obras desses historiadores são marcadas pela filosofia política de Claude Lefort, de quem foram discípulos. Todavia, a estirpe intelectual de Pierre Rosanvallon, não se distancia da perspectiva dos Annales, não se busca uma ruptura, mas uma ampliação.²⁹ Nesse sentido observa o autor:

A história filosófica do político representa uma tentativa de dar um novo significado ao projeto de Fernand Braudel de uma história total. Devemos, de fato, nos mover na direção de uma história política total a fim de construir o sentido do político em toda sua complexidade [...].³⁰

²⁶ LYNCH, Christian Edward Cyril. “A democracia como problema”: Pierre Rosanvallon e a escola francesa do político. In. ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. Op. cit., p. 9-35.

²⁷ HIMMELFARB, Gertrude. “história com a política deixada de fora”. In : NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastierida. *Nova história em perspectiva*. Volume 2. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 226-227.

²⁸ RÉMOND, René. “Do político”. In: RÉMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Op. cit., p. 449.

²⁹ ROSANVALLON, Pierre. Op. cit., p. 50.

³⁰ ROSANVALLON, Pierre. Op. cit., p. 47.

Rosanvallon articulou a noção de *cultura política* dos Annales com as formulações de Claude Lefort sobre o político. Em seguida, como observa Carlos Mauro de Oliveira Junior, resgatou “uma teia de relações de interdependência, sem determinantes que remontava à sociologia compreensiva de Max Weber e, mais tarde, aos estudos das práticas e representações de Michel de Certeau e Roger Chartier”.³¹

Marcel Gauchet apoia sua noção de história do político como sendo o conjunto de mecanismos ou representações primordiais que, projetadas para o campo da política, sustentam a vida de uma comunidade,³² dando unidade e sentido. Recebendo influência da antropologia política de Pierre Clastres, Gauchet, como observa Carlos Mauro de Oliveira Junior, utiliza o conceito do político na perspectiva religiosa. Com isso, a importância conferida à instituição do social na busca de uma dimensão simbólica e religiosa que esteve na origem e na manutenção das “sociedades contra o Estado” de Clastres, e deveria estar presente em todas as sociedades.³³ Diante disso, o político é remetido a uma dimensão simbólica, chegando mesmo a explicitar “uma distinção entre o ‘político’ – um domínio existente em todas as sociedades – e a política, uma novidade da sociedade democrática que criou um setor da sociedade à parte dos demais”.³⁴ Ambos, Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet, pertencem, portanto, a uma mesma tradição historiográfica, ressaltando a origem interdisciplinar da formação dos dois, que tem como abordagem o político.

Roger Chartier tem seu trabalho de historiador voltado para a história cultural, especialmente seu objeto privilegiado é a história do livro, da circulação do impresso entre os séculos XVI e XVIII, sua preocupação é compreender como “nas sociedades do Antigo Regime, entre os séculos XVI e XVIII, a circulação multiplicada do escrito impresso modificou as formas de sociabilidades, autorizou novos pensamentos, transformou as relações com o poder”.³⁵ O trabalho de Chartier se articula com a

³¹ OLIVEIRA Jr. Carlos Mauro. “Sobre a noção do ‘político’: história e cultura democrática em Pierre Rosanvallon”. In. *Anais do XIII Encontro de história da Anpuh Rio: Identidades*. s/d. s/p.

³² LYNCH, Christian Edward Cyril. “A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a escola francesa do político”. In. ROSANVALLON, Pierre. Op. cit., p. 9-35.

³³ OLIVEIRA Jr. Carlos Mauro. “História política e história dos conceitos: um estudo sobre o ‘político’ em Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet”. In. *Revista História da historiografia*. Ouro Preto, n. 9 agosto de 2012, p. 168.

³⁴ OLIVEIRA Jr. Carlos Mauro. Op. cit. p. 168.

³⁵ CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In: *Estudos Avançados*, 11(5), 1991. A versão francesa do artigo foi publicada em 1989 na revista Annales. p. 178.

produção e contribuições de Michel de Certeau, Michel Foucault e Norbert Elias, se aproximando da antropologia simbólica, inscreve seus trabalhos na preocupação de entender as formas de representação do mundo moderno. Para Peter Burke, a importância dos trabalhos de Roger Chartier está em que “exemplificam e discutem uma mudança na abordagem”, como ele diz: “da história social da cultura para a história cultural da sociedade”.³⁶ Isto é, ilustra Burke,

os ensaios sugerem que o que os historiadores anteriores, pertencentes ou não à tradição dos Annales, geralmente aceitavam como estruturas objetivas devem ser vistas como culturalmente ‘constituídas’ ou ‘construídas’. A sociedade em si mesma é uma representação coletiva.³⁷

Apresentada sumariamente uma síntese de como atuam, de qual lado do campo elaboram seus questionários de historiador, Pierre Rosanvallon, Marcel Gauchet e Roger Chartier, pretendemos em seguida problematizar o debate acerca do *retorno do político* entre Roger Chartier e sua perspectiva com Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet com as respectivas perspectivas.

A abordagem como problema: o debate sobre o retorno do político e a dimensão do político entre Roger Chartier e a Escola do Político (Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet)

Em seu conhecido artigo, *O mundo como representação*,³⁸ Roger Chartier coloca como “última proposta” rearticular as práticas culturais sobre as formas de exercício do poder. Tal perspectiva proporia um distanciamento em relação ao retorno do político. Retorno, que, segundo Chartier, “parece ter tomado uma parte da historiografia francesa”, ao referir-se aos trabalhos que apareceram após meados da década de 1980. A perspectiva de político que Chartier se distancia, como o mesmo observa na parte final artigo, estaria fundada sobre o primado da liberdade do sujeito, pensado como livre de toda e qualquer determinação, e privilegiando a oferta de ideias e a parte refletida da ação. Tal posição

³⁶ BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929-1989*. Op. cit., p. 110.

³⁷ BURKE, Peter. Op. Cit., p. 110-111.

³⁸ CHARTIER, Roger. Op. Cit.

firma-se numa dupla importância, que, de acordo Chartier, ignora as exigências não sabidas pelos indivíduos e que, no entanto, regulam as representações e ações. Além de supor uma eficácia própria às ideias e aos discursos, separados das formas que os comunicam, destacados das práticas, que, ao se apropriarem deles, os investem de significações plurais e concorrentes.³⁹

A perspectiva de Chartier seria outra, ela quer compreender a partir das mutações no modo de exercício do poder (geradores de formações sociais inéditas) tanto as transformações das estruturas da personalidade quanto as das instituições e das regras que governam a produção das obras e a organização das práticas.⁴⁰ Como exemplo, cita Norbert Elias que ao estabelecer uma ligação entre a racionalidade da corte – entendida como uma economia psíquica específica, produzida pelas exigências de uma forma social nova necessária ao absolutismo – e, por outro, os traços característicos próprios à literatura clássica designa com acuidade o lugar de um trabalho possível.⁴¹

Pierre Rosanvallon rebate as críticas observando que Chartier tem criticado o retorno do político entendendo-o como “uma banal e idealística tentativa de restaurar a velha filosofia do sujeito livre”, cuja reputação as ciências sociais haviam desmoralizado. Rosanvallon observa que no entender de Roger Chartier a história do político equivocase ao distinguir entre o discursivo e o não discursivo.⁴² Tal crítica, segundo Rosanvallon, seria justificada caso se tentasse opor as ciências sociais à velha concepção da história das ideias, pensada numa dimensão descontextualizada.⁴³ Ressalta que é precisamente da essência da história filosófica do político considerar que as representações sociais não podem ser equiparadas às ideologias, nem reduzidas à condição de preceitos que espelhariam determinado estado das relações sociais. A história filosófica do político entende que, para além das ideologias e preconceitos, há representações positivas organizando o campo intelectual no qual existe um determinado conjunto de possibilidades em dado momento histórico. Assevera Rosanvallon que essas representações precisam ser levadas a sério, pois constituem reais e poderosas infraestruturas sociais. De forma contrária a uma visão idealista, que desconsidera os

³⁹ Idem., p. 187-188

⁴⁰ Idem., p. 187-188.

⁴¹ Idem., p. 187-188.

⁴² ROSANVALLON, Pierre. Op. cit., p. 57.

⁴³ Sobre a história das ideias que imputavam a autores e obras intensões e significados que não tiverem e nem poderiam ter, Cf. JASMIN, Marcelo Gantus. “História dos conceitos e teoria política e social: referências e preliminares”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 20; n. 57, fev. 2005, p. 27-38.

determinantes econômicos e sociais que estruturam o campo da ação humana, a abordagem do político propõe enriquecer e tornar mais complexa a noção de determinação. Ao lado de representações passivas, é necessário levar em conta todas aquelas representações ativas que moldam a ação, encerram o campo de possibilidades a respeito do que é possível pensar e determinar as questões do momento.⁴⁴

Como Gauchet partilha da postura de Rosanvallon acreditamos ser importante inserir suas observações a respeito do político e de seu retorno na França, especialmente o retorno que se dá em fins da década de 1980, com atenção especial às análises de François Furet sobre o bi centenário da Revolução Francesa e com a proposta de novos objetos por René Rémond e seus seguidores. Gauchet elabora sua ideia pontuando uma crítica ao estruturalismo, observando que a reflexão do político e a teoria do direito tem maior alcance explicativo que o as abordagens do estruturalismo. O que se trata é, segundo Gauchet, uma renovação inteira da “história das ideias” por sua integração à história das sociedades e na renovação simétrica da história de curta duração pela incorporação sistemática da história intelectual. O problema, diz ele:

Encontra-se no modo de inserção que permite associar intimamente Montesquieu e Rousseau ao andamento dos processos políticos do Antigo Regime salvando integralmente o explícito de seu propósito, sem reduzir a menor verdade oculta dos jogos das forças sociais (o Iluminismo, programa inconsciente da burguesia ascendente). Isto é, em sentido inverso, utilizar o desenvolvimento dos pensamentos da liberdade e da soberania para esclarecer as contradições fundamentais inerentes ao desenvolvimento do Absolutismo monárquico. A chave de operação reside em uma inteligência ampla da natureza do político. [...]⁴⁵

Como colocado acima, a postura de Chartier sobre o retorno do político é de distanciamento. Ele entende que o indivíduo não está livre dos condicionamentos do social. Existiriam forças que imporiam determinantes além da compreensão humana. Por outro lado, Gauchet, na citação acima, problematizou o papel do indivíduo trazendo para a reflexão o manejo de associar as ações aos processos. Apesar de não aderir ao movimento que caracterizou a renovação da história do político impondo um retorno, Chartier colocando sua perspectiva de historiador observa que o “exercício do poder” é

⁴⁴ ROSANVALLON, Pierre. Op. cit., p. 57-58

⁴⁵ GAUCHET, Marcel. “Changement de paradigme em sciences sociales?”. In: *Le d’abat*, n. 50; mai-aout 1988, p. 168. [tradução nossa].

gerador de “formações sociais inéditas”. Contudo, para Chartier, a história do político não teria condições de abarcar uma compreensão maior da sociedade. Nesse sentido, a história cultural seria capaz de dar maior inteligibilidade das ações dos indivíduos em sociedade. Uma tentação retórica em defesa da história cultural leva Chartier a dizer o seguinte:

Nestes últimos anos, tal como demonstram as numerosas obras que se esforçam por delimitar os objetos e os métodos, a história cultural se tornou um dos campos mais vigorosos e debatidos do âmbito histórico. Traçar seus limites não é tarefa fácil para nós. Isto deve ser feito a partir dos objetos e das práticas cujo estudo seria o próprio dessa história? Existe um grande risco de não poder traçar uma fronteira segura e clara entre a história cultural e as outras histórias: a história das ideias, a história da literatura, a história da arte, a história da educação, a história dos meios de comunicação, a história das ciências, etc. *Devemos, por isso, mudar de perspectiva e considerar que toda história, qualquer que seja, econômica ou social, demográfica ou política, é cultural, na medida em que todos os gestos, todas as condutas, todos fenômenos objetivamente mensuráveis sempre são o resultado das significações que os indivíduos atribuem às coisas, às palavras e às ações?*⁴⁶

Como que em resposta da segunda interrogação dizia Chartier, em seu clássico livro:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada *realidade social é construída, pensada, dada a ler*. Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes *esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado.*⁴⁷

A primeira citação é posterior a segunda. Contudo, não conseguimos decifrar o motivo da formulação de uma história cultural estar sob uma interrogação no tempo mais

⁴⁶CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2.ed. Tradução Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 33. [grifo nosso].

⁴⁷CHARTIER, Roger. **A história Cultural entre práticas e representações**. Tradução Maria Manoela Galhardo. 2.ed. Lisboa: Difel. 2002, p. 16-17.

recente e estar dada de forma direta, assertiva, num tempo anterior. Todavia, entendemos que Chartier lança as bases de uma abordagem que ele entende ser de uma história cultural, uma história total, posto que toda a história seria num primeiro momento cultural. Essa postura se apoia em uma perspectiva antropológica, assim como a postura de Gauchet – notamos a existência de uma interação com as demais ciências sociais na busca de melhor entender as regras do ordenamento social.

Chartier, em certa medida, dá crédito à história do político quando observa que o exercício do poder é gerador de práticas sociais inéditas. Entendemos o poder como atos do político, posto isso o político é a abordagem que possibilita, segundo Rosanvallon, problematizar o objeto ao:

Promover um entendimento acerca do modo por que são projetados e se desenvolvem os sistemas representativos, que permitem os indivíduos ou grupos sociais conceber a vida comunitária. Na medida em que essas representações nascem de um processo em que a sociedade está constantemente se reexaminando, e que elas não são exteriores às consciências dos atores, a história filosófica do político objetiva, primeiramente, entender como uma época, um país ou um grupo social tenta construir respostas para aquilo que, com maior ou menor precisão elas percebem como um problema.⁴⁸

Se toda história é cultural ou do político, posto que se o político é a estrutura que sustenta o social, que em exercício transforma sistemas e organizações, a história cultural – em seu viés antropológico – seria a responsável por abarcar e problematizar essas ações e processos em uma longa duração. Contudo, o retorno da história política ou do político tem como preocupação, também, entender a história em sua longa duração: a democracia, a liberdade, a igualdade em seu percurso.

Chartier não anula a ação do indivíduo em sua perspectiva, seus trabalhos ampliam o aspecto da ordem individual, alegando a força de exigências não sabidas pelos indivíduos e que, no entanto, regulam as representações e ações. Para os representantes da Escola do Político, a problematização da sociedade democrática, na busca por liberdade em oposição aos estados totalitários, pode se dar no estudo de autores como Benjamin Constant, Alexis de Tocqueville, François Guizot visando traçar uma genealogia da sociedade democrática francesa e ocidental a fim de entender as questões

⁴⁸ROSANVALLON, Pierre. Op. cit., p. 44.

e o vocabulário político presentes no percurso dos dias da Revolução Francesa até os dias atuais.⁴⁹ Com isso, podemos notar uma proximidade de origem de ambas as abordagens com a tradição dos Annales. Como bem observou Oliveira, “poderíamos ver nesse ponto uma estratégia de história política que tentaria contornar as usuais restrições a este campo presentes nos Annales. A busca das estratégias e práticas de múltiplos atores seria uma forma de pensar a política não apenas a partir de obras escritas de grandes indivíduos”.⁵⁰ Partilharam, portanto, um mesmo caminho, porém a história política ficou por um percurso à sombra enquanto que a história social e econômica brilhava ao reflexo do sol. A partir disso, podemos entender que Roger Chartier e Pierre Rosanvallon não estão em posição diametralmente opostas, há uma aproximação no que se refere a abordagem proporcionada pelas representações tão cara a Chartier. Ambos, também, partilham de mesma linhagem intelectual ancorada na perspectiva dos Annales.

Considerações finais

O início de nossa inquietação sobre essa querela entre o *retorno do político* e a constituição de uma história à guisa de Chartier, surgiu das leituras de dois artigos *O mundo como representação* (Chartier) e *Por uma história filosófica do político* (Rosanvallon). O primeiro artigo aparece em 1989, no momento em que o *retorno do político* como dimensão explicativa da realidade ganhava espaço e seu retorno era proclamado. O segundo é publicado anos mais tarde, em 1996, momento em que Rosanvallon formaliza uma crítica ao que havia sido postulado por Chartier. A partir disso, desenvolvemos o objeto de reflexão desse artigo, o debate acerca do retorno do político na tradição historiográfica francesa.

Notamos que Chartier não cede muito espaço à dimensão do político em seus trabalhos e o mesmo ocorre em relação ao cultural em Rosanvallon e Gauchet. No tocante à história política de modo geral, além dos expoentes citados, cabe ressaltar o papel desempenhado por René Rémond ao conduzir o desenvolvimento da dimensão política da história indicando novas perspectivas metodológicas para o historiador desta seara.

⁴⁹ OLIVEIRA Jr. Carlos Mauro. “História política e história dos conceitos: um estudo sobre o ‘político’ em Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet”. Op. cit., p. 172.

⁵⁰ OLIVEIRA Jr. Carlos Mauro. “História política e história dos conceitos: um estudo sobre o ‘político’”. ROSANVALLON, Pierre e GAUCHET, Marcel. Op. cit., p. 172.

Entendemos o *retorno do político* como objeto de reflexão historiográfica a partir de tudo o que o foi desencadeado desde aquele momento na década de 1980 no âmbito da historiografia francesa. Na análise do *retorno*, notamos que, em relação à tradição dos Annales, há mais uma ampliação da reflexão e dos procedimentos dos historiadores que refundam a história política, do que um distanciamento e mesmo uma recusa. Com a definição de novas bases epistemológicas, a história política passa a ser entendida como história do político, posto que o político destaca-se frente às determinações do econômico, do social e do cultural, mostrando-se como pedra angular do desenvolvimento humano em sociedade.

Como notamos, apesar de trilhar um caminho sem ser iluminada pelo sol, ficando à sombra da história dos Annales, a história política ou do político não deixou de ser praticada ao longo do século XX. Contudo, sua renovação ou refundação, fez se possível com a aproximação de outras áreas do conhecimento humano. O político como estrutura que sustenta o social, sempre esteve presente nas ações e reflexões dos homens, sendo eles agentes ou escritores da história. Estando nas práticas individuais, não apenas nas trincheiras do social, mas com lugar privilegiado nos bastidores das ações, o político é a categoria primeira da organização social. Em outras palavras, o homem só é social e cultural por ser político.